

ECONOMIA

A tesoura do governo está cada vez mais enferrujada e todos os encarregados de manipulá-la admitem:

é praticamente impossível cortar os gastos públicos. É o que mostramos nesta página. Na seguinte, o

governo dá marcha-a-ré no anúncio sobre a conversão da dívida em capital de risco e

acena com a regulamentação para datas mais longínquas. E, na 11, a novidade do Banco Central:

o fim da LBC como indexador da economia (e há gente garantindo que ela vai ser simplesmente extinta).

GASTOS: O GOVERNO ESTÁ CADA VEZ MAIS PERDIDO.

A reunião ministerial de amanhã, em Brasília, para analisar o problema do déficit público e propor novos cortes de despesas, deve apresentar poucas novidades. Segundo uma fonte do Palácio do Planalto, o governo está realmente interessado em reduzir o déficit, mas já não há muito onde cortar gastos. O presidente José Sarney, no entanto, vai recomendar, mais uma vez, contenção de despesas e propor algumas medidas, como o plano de saneamento financeiro dos Estados e Municípios (veja matéria ao lado).

Para o ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, as empresas estatais, juntamente com o orçamento financeiro, são responsáveis por 95% do déficit público. Depois de afirmar que essas duas áreas estão em total descontrole, Teixeira acusou as estatais de incompetência, criticando o fato de até hoje não se ter feito o orçamento dessas empresas. A um jornalista que lhe perguntou se era difícil controlar as estatais, o ministro respondeu: "Está parecendo que é impossível, porque nem o orçamento elas conseguiram fazer até hoje".

A administração central, garante Aníbal Teixeira, é competente: os ministérios não gastam acima dos recursos que têm. Além disso, foram gastos apenas 23% do orçamento com pessoal. Teixeira não se acha um gastador na Seplan e não considera que tenha qualquer responsabilidade no déficit público. O orçamento que administra, afirmou, está equilibrado. A área entregue ao Planejamento, segundo o ministro, está devidamente ordenada. Deste modo, ele não concorda com a opinião da sociedade de que o governo é gastador. Os gastos que tinham de ser cortados já o foram. Daí, Aníbal Teixeira acha, conforme deixou claro ontem, que é impossível cortar mais no orçamento. As empresas estatais é que vão ter de se enquadrar.

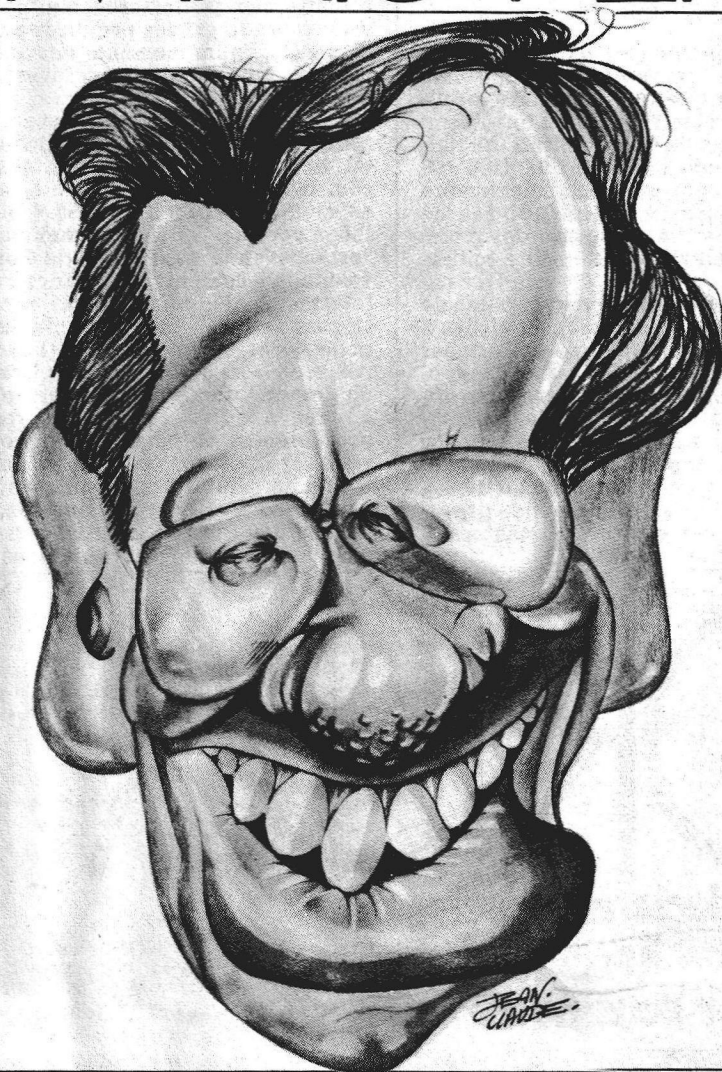
Elevação de preços

A fonte do Palácio do Planalto que disse que nada será proposto como medida de controle na reunião ministerial de amanhã afirmou também que "a questão do déficit público vem sendo muito falada, principalmente por empresários que pretendem fazer dos altos gastos da máquina do Estado um argumento para a elevação dos preços de seus produtos". Para esse assessor, o governo vem cortando despesas já faz algum tempo e reduzir mais os gastos poderia comprometer o bom funcionamento da estrutura governamental.

O ministro Aníbal Teixeira garante que as estatais são o principal empecilho ao controle do déficit. Ele, ao contrário, é o responsável pelo corte de recursos dos outros ministérios, conforme afirmou, destacando que do pedido total de Cz\$ 412 bilhões dos ministérios, reduziu para Cz\$ 125 bilhões. Apesar de achar que as estatais devem fazer uma orçamentação de acordo com suas receitas, Aníbal Teixeira reconheceu que existem casos especiais em que as tarifas ficaram tão defasadas que as empresas se descapitalizaram. Ele acha mesmo que não serão autorizados aumentos de tarifas nas áreas que estão tendo desempenho adequado.

O ministro Íris Resende, da Agricultura, também não aceita qualquer responsabilidade pelo déficit público, nem ser chamado de gastador. Ele argumentou que sua área é a única onde os gastos retornam imediatamente. Renato Archer, da Ciência e Tecnologia também acha que o que tinha de ser cortado em seu ministério já foi. No Ministério da Previdência e Assistência Social, o governo não tem o que cortar, segun-

Os ministros reclamam que não há mais o que cortar; Aníbal Teixeira, do Planejamento, critica as estatais, que qualifica de "incompetentes" e a quem atribui grande parte do déficit público. Na reunião ministerial de amanhã, a maior novidade poderá ser um plano para o saneamento financeiro dos Estados e municípios, principalmente as capitais. Mas o governo sabe que o plano vai provocar "choro e ranger de dentes".



do avaliação do ministro Raphael de Almeida Magalhães. De acordo com o ministro, o corte já está sendo feito na Previdência na medida em que a União não tem repassado a totalidade dos recursos orçados para o setor, que, contudo, está com seu orçamento equilibrado.

O alerta de Moreira

O governador do Rio, Moreira Franco, afirmou ontem que está se fazendo "confusão deliberada" entre gasto público e déficit público, com o objetivo de desacreditar o governo e forçar a alta de preços. A manobra, segundo ele, está sendo feita por grupos econômicos, "que atacam o governo, acusando-o de não demitir pessoal, para reduzir os gastos públicos, ao invés de discutir a administração do déficit".

Esses grupos, na opinião do governador, estão tentando criar ambiente para "amolecer" o governo e acabar com os preços administrados. O déficit público, conforme ressaltou, é decorrente dos "juros crescentes que impõem compromissos ao governo federal na rolagem da sua dívida interna e nos custos finais das empresas públicas, também decorrentes dos juros altos".

Moreira Franco argumentou que a folha salarial tem peso expressivo nos orçamentos estaduais, "mas é insignificante na folha da União". Para ele, é fundamental que o País volte a investir, mesmo que para isso tenha que transformar a dívida externa em capital de risco. "O País é como uma casa. Se não for bem administrado vira cortiço e é isto que já está acontecendo na área de energia elétrica, de telefones, de transpor-

tes urbanos, que estão sem investimento desde 1983."

Também o ministro Aníbal Teixeira nega que as despesas com pessoal e demais custeios da administração direta (ministérios e suas autarquias) sejam os maiores responsáveis pelo déficit público. Números na mão, ele demonstra que, este ano, 20% da despesa orçamentária será gasto como serviço da dívida interna e outros 20% com as transferências de recursos do Tesouro para as empresas estatais.

Desse modo — diz Aníbal — o déficit público é essencialmente financeiro. Basta adicionar o pesado serviço da dívida externa e se concluirá que uma parcela considerável da despesa orçamentária é utilizada no pagamento de juros internos e externos. Portanto, quando o governo estimula, como agora, um aumento da taxa de juros, elevando a rentabilidade das LBC, com o propósito de conter uma eventual expansão do consumo, ele está contribuindo para aumentar o déficit público via aumento do custo da dívida interna.

O ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, citou ontem a Companhia Siderúrgica de Mogi das Cruzes, em São Paulo, como uma das estatais que deveriam ser privatizadas como forma de contenção do déficit. Segundo o ministro, a empresa trabalha com um terço de sua capacidade e as mesmas deficiências podem ser observadas em outras estatais. Para o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, se o Brasil tiver realmente necessidade de reduzir os investimentos para conter o processo inflacionário, precisará fazer uma opção: ou crescer,

mesmo com uma inflação galopante, ou reduzir o ritmo de crescimento a nível satisfatório com uma inflação reduzida. O exame da privatização de empresas públicas, inclusive a Petrobrás, foi defendida ontem pelo Idier do PFL na Constituinte, deputado José Lourenço.

Excesso de arrecadação

No início da próxima semana, o presidente José Sarney deverá encaminhar ao Congresso projeto de lei dispondo sobre a aplicação do excesso de arrecadação do orçamento geral da União para o presente exercício, no montante de Cz\$ 130 bilhões. Desse total, Cz\$ 125 bilhões serão distribuídos como autorizações de despesas adicionais para os principais órgãos da administração direta e Cz\$ 5 bilhões integrarão a reserva de contingência.

Antes de decidir-se sobre quanto caberia a cada órgão da administração direta, o governo fez uma pesquisa colhendo junto aos ordenadores de despesas uma visão das suas necessidades adicionais de recursos até o final do exercício. O resultado: as requisições somaram Cz\$ 412 bilhões, mais de um terço da despesa global já autorizada.

Mas o acréscimo de despesas à cota do orçamento geral da União não se limita à distribuição do excesso de arrecadação: o Palácio do Planalto estuda com simpatia o pedido de vários governadores do Nordeste para que se destinem mais recursos federais ao combate à "seca verde" que assola a região. Este ano o Nordeste já recebeu Cz\$ 1,7 bilhão a fundo perdido para minorar a situação criada com a "seca verde", mas os governadores querem mais recursos.